

Cidadania, representação política e critérios de noticiabilidade¹

Nelson Toledo Ferreira²

Universidade Federal Fluminense

Resumo:

A proposta deste artigo é refletir sobre o espaço destinado no jornalismo, produzido pelos grandes conglomerados de comunicação, para abordagens de questões relativas às minorias, suas demandas e suas reivindicações. Baseando-se em uma pesquisa bibliográfica sobre a relação entre valores-notícia, identidades e representação política observa-se que esses critérios que definem os agendamentos e os enquadramentos midiáticos minimizam possibilidades de visões de mundo alternativas, que poderiam potencializar leituras plurais da realidade, democratizando a comunicação e reforçando a cidadania de segmentos que não têm voz ativa na sociedade. Nesta perspectiva, propõe-se o debate sobre a importância do jornalismo para garantir a inclusão de temáticas de interesse público, que contemplem uma gama plural de novas identidades que marcam a contemporaneidade, driblando os critérios tradicionais de definição do que é notícia para criar perspectivas discursivas contra-hegemônicas.

Palavras-Chave: Representação política; minorias; agendamentos; notícias; identidades.

Introdução

A conexão entre a produção e a veiculação de discursos nos media e a construção de identidades é a base para que se entenda como a linguagem é fundamental no processo de constituição de narrativas dos indivíduos sobre si mesmos e suas relações de pertencimento coletivo – portanto, é fundamental para a cidadania e para o reforço da representação política de variados segmentos sociais. É através da linguagem que a realidade é socialmente absorvida pelos indivíduos, o que remete à importância dos discursos como instrumentos para compreensão do mundo – daí a importância do debate sobre a lógica de produção de notícias dos meios massivos e as repercussões que determinados enquadramentos e agendamentos midiáticos trazem no tratamento das questões identitárias, que se tornam emblemáticas na contemporaneidade. Nesta perspectiva, expõe-se a tríade comunicação, cidadania e representação política.

À medida em que os meios de comunicação ocupam uma posição privilegiada do ponto de vista de alcance social, tornam-se objetos relevantes não apenas porque são os grandes responsáveis pelo

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, atua em pesquisas sobre representação política, comunicação e minorias. E-mail: neo.toledo@outlook.com

agendamento dos assuntos cotidianos, como porque, em alguma medida (que varia no tempo, no espaço e de acordo com a diversidade de recepções), podem, ocasionalmente, ser capazes de interferir nas visões de mundo e, por decorrência, nos comportamentos sociais e políticos.

O discurso midiático articula saberes e poderes, já que cria uma determinada percepção da realidade: os próprios modos de articular determinadas narrativas acabam por estabelecer versões sobre o que seria essa realidade. Os meios acabam por se constituir numa variável relevante para explicar fenômenos sociais, políticos e econômicos: logo, não podem ser esquecidos quando se trata de discutir os processos de posicionamento da ideologia hegemônica.

A fenomenologia de Alfred Schütz (1932) ampara a importância da linguagem e dos discursos criados neste processo constante e dinâmico de interação social. Para este autor, a linguagem é uma ferramenta básica na interpretação do cotidiano. Para Schütz a realidade social é:

A soma total dos objetos e dos acontecimentos do mundo cultural e social, vivida pelo pensamento de senso comum de homens que vivem juntos numerosas relações de interação. (...) desde o princípio, nós, os atores no cenário nacional, vivemos o mundo como um mundo ao mesmo tempo de cultura e natureza, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, ou seja, que nos é comum, que nos é dado ou que é potencialmente acessível a cada um de nós. E isso implica a intercomunicação e a linguagem (SCHÜTZ apud GUESSER, 2003, p.155).

Novos discursos legitimadores da ordem vigente são lançados todos os dias pela mídia massiva, reforçando concepções sobre comportamentos e estilos de vida. Neste cenário, são criadas formações discursivas a respeito destas temáticas que trazem repercussões sobre a construção identitária dos indivíduos. O fato é que os meios de comunicação de massa, sejam impressos, eletrônicos ou digitais, potencializam discursos que acabam reformulando percepções do real – inclusive das narrativas que os indivíduos constroem sobre si mesmos.

Com efeito, os media têm um papel importante na criação de estereótipos, tornando-se um dos principais instrumentos de construção de imagens de identidades e de alteridades. Ou seja, as formas de abordagem de temáticas que envolvem alguns segmentos sociais acabam por reforçar determinadas características e tipificações a todos os membros de um grupo, podendo gerar e consolidar discriminação e preconceito, ao invés de buscar naturalizar determinados comportamentos e estilos de vida de uma sociedade, cada vez mais complexa e fragmentada. Existe uma intervenção do jornalismo nos critérios para selecionar os acontecimentos que serão divulgados como notícias, que pela própria rotina de produção acaba gerando um ciclo vicioso de abordagens que excluem visões e perspectivas diferenciadas, não permitindo discursos contra-hegemônicos e leituras plurais da sociedade.

Este é o foco do artigo: questionar os tradicionais critérios de seleção, os valores-notícia, buscando refletir como as minorias têm espaços limitados nos media e, por isso, têm dificuldades de disseminar seus discursos de alteridade. Repensar esta lógica de produção de notícias pode alavancar um reforço da representação política de segmentos sociais para elevar suas vozes, reivindicando de forma plena seus direitos.

Nessa perspectiva, o artigo propõe uma discussão sobre como os meios de comunicação são importantes dispositivos de construção da realidade, buscando entender como se define a lógica de funcionamento da cadeia noticiosa e a sua relação com as transformações na concepção de representação política, que foge ao processo eleitoral, revelando como a comunicação é um importante mecanismo de afirmação e visibilidade política dos movimentos sociais em defesa das minorias.

O impacto dos meios massivos na construção da realidade

Na perspectiva da centralidade dos media nas interações sociais há que se considerar as representações jornalísticas e as suas práticas discursivas na construção de significados e visões do mundo, interferindo na produção de sentidos dos indivíduos e, conseqüentemente, na prática social dos mesmos, refletindo diretamente no cenário social e político, através de processos de agendamento e de enquadramentos. Com isso, os meios de comunicação são considerados importantes formas de representação social por conseguirem com eficácia disseminar conteúdos simbólicos, priorizando determinadas temáticas em detrimento de outras, e, definindo um agendamento do que é importante para a sociedade por conta da sua visibilidade midiática. E a partir disso, um outro processo se inicia, que é o enquadramento, marcos interpretativos construídos socialmente, que fazem com que os indivíduos atribuam sentido às situações sociais. A ênfase a determinadas palavras, imagens, metáforas e retóricas em um discurso acaba por legitimar determinadas ideias, obscurecendo outras menos visíveis nestas construções textuais e/ou imagéticas, construindo percepções direcionadas de realidade, de acordo com interesses de grupos.

De acordo com Correia, “os media são uma das instituições que ajudam a dar forma à nossa visão do mundo, proporcionando quadros de interpretação que nos permite definir visões do outro” (CORREIA, 2010, p.119). Com efeito, a concepção de realidade pelos indivíduos acaba sofrendo interferências dos discursos propagados de forma constante pelos meios massivos, ainda mais em uma sociedade em que os media são únicos instrumentos de informação e percepção simbólica do mundo.

Pierre Bourdieu (1997) lembra que a televisão, principalmente, dentre outros meios de comunicação de massa, tem o poder de produzir um efeito de real: “(...) ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (BOURDIEU, 1997, p.28). Com isso, propõe ideias e representações carregadas de

implicações sociais, políticas e éticas que acabam acarretando mobilizações ou desmobilizações. O autor revela a importância do jornalismo nesta construção da realidade: ele sugere que o processo funciona com os meios de comunicação colocando “óculos” nos espectadores para assistirem a uma cena a partir de determinado enquadramento.

(...) Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca pelo sensacional, do espetacular. A televisão convida a dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático trágico (BOURDIEU, 1997, p.25).

Bernardo Kucinski (1998) alertava, já no final da década de 90, o que não difere do cenário atual³, que é por meio da televisão que as classes B, C, D percebem assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem em comum: neste processo, a ideologia dominante acaba garantindo um consenso e a imposição de uma ordem social, conseqüentemente, mantendo o *status quo*. Para Kucinski, “devido ao grau de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da população, a percepção política e da sociedade provém principalmente dos meios eletrônicos de comunicação, o rádio e a TV e, em menor escala, da leitura de jornais e revistas, os poucos objetos de leitura popular regular” (KUCINSKI, 1998, p.16). Na sua avaliação, cada veículo desempenha um papel de reforço da ideologia dominante no Brasil.

O rádio, segundo o autor, é o veículo mais democrático dentre os meios de comunicação de massa por ser mais diversificado e heterogêneo, permitindo uma pluralidade de vozes, apesar da política de permutas para se obter concessões. Já as revistas são voltadas para públicos específicos e atuam determinando a agenda dos assuntos a serem mais importantes na sociedade, bem como reforçam a ideologia atribuída às classes médias. Os jornais impressos já desempenham o papel de condutores dos programas de rádio e de TV, gerando pautas, mantendo-se nas mãos de poucas famílias que partilham ideologias em comum.

Neste cenário, Kucinski conclui que a mídia no Brasil desempenha papel mais ideológico do que informativo.

(...) mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica (KUCINSKI, 1998, p. 17).

³ Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view> Acesso em: 15 agosto 2017.

Foucault (1969) aponta que as formações discursivas se institucionalizam em práticas sociais. Para o autor, os discursos criados pelas palavras instituem objetos e coisas, que só passam a existir quando são constituídos por práticas na sociedade. Neste sentido, a mídia potencializa determinados discursos, que passam a ser legitimados socialmente – os meios de comunicação representam uma instituição relevante na contemporaneidade para a naturalização de saberes e de comportamentos.

A mídia opera um discurso que cria certo efeito de realidade sobre a sociedade, na medida em que prioriza determinados saberes (religiosos, estéticos, científicos) que prevalecem nas coberturas jornalísticas e são legitimados por entrevistas com uma série de especialistas em cada uma das áreas. Com isso, determinados conceitos e comportamentos são naturalizados e passam a ser assimilados discursivamente no dia a dia, através de estratégias discursivas como a escolha das fontes "autorizadas", modo de apresentação e tradução discursiva da ciência em conteúdo midiático. Desta forma, a sociedade assimila determinados paradigmas discursivos e, conseqüentemente, remodela hábitos, conceitos, comportamentos.

Em contrapartida, exclui também leituras plurais da sociedade, não permitindo que a sociedade conviva com diferentes segmentos sociais que não conseguem romper esta lógica de produção discursiva dos mass media, não garantindo reflexões acerca da alteridade. Com efeito, estes grupos acabam recebendo um tratamento noticioso dos mass media que não abre espaços para as diferenças pela própria seleção dos acontecimentos e o tratamento que dão a estas temáticas para se transformarem em notícias a serem consumidas pela sociedade. Com isso, muitas vezes, cria-se um estereótipo negativo de valores e visões do mundo, reforçando preconceitos. É o que ocorre com fatos envolvendo homossexuais, portadores de necessidades especiais, negros, jovens da periferia, mulheres e outros que lutam para naturalizar seus estilos de vida e comportamento, demonstrando que a diferença não é um sinônimo de inferioridade.

Identidades plurais na modernidade

A ideia de que uma identidade não é definida natural ou essencialmente, mas construída socialmente revela que estas mutações que atingem a sociedade contemporânea (social, cultural, política e tecnológica) afetam a forma como os indivíduos definem a si mesmos e se posicionam socialmente.

Segundo Stuart Hall (2006), qualquer homem ou mulher (e, conseqüentemente, quaisquer grupamentos humanos) representam a si mesmos narrativamente e suas identidades nada mais são do que discursos, representações simbólicas construídas socialmente. De acordo com o autor, na época atual, o que percebemos são crises e fragmentações das identidades tradicionais e das instituições nas quais se

ancoram, resultados de mudanças decorrentes do impacto e da interferência de um mundo globalizado, pós-colonial e pós-diaspórico.

De acordo com Hall (2006), ao contrário das sociedades antigas, tradicionais, que tinham papéis sociais bem definidos, atualmente, somos membros dos mais diversos grupos sociais e nosso processo de socialização é múltiplo, permitindo ao indivíduo transitar nos mais diversos espaços, influenciando e sendo influenciado em numerosas arenas na construção de sua identidade – nunca unificada, mas plural e diversa.

A própria mudança da noção de espaço-tempo refletiria este dinamismo de representações sociais no qual o homem moderno está inserido. Este pluralismo reforça a existência de uma gama de identidades em um só sujeito, tornando numerosas as facetas que constituem cada indivíduo.

Com o objetivo de aprofundar este debate, Hall explora as três concepções de sujeito: na ótica do iluminismo, da sociologia, e do sujeito pós-moderno. Com isso, revela que esta noção do indivíduo que era centrado, unificado, cujo “eu” era a identidade da pessoa, passou pela visão sociológica a ser entendido como uma interação social com seu meio, um reflexo de interiorização e exteriorização de papéis sociais institucionalizados, até chegar nesta concepção da transição pós-moderna - a do sujeito fluido e flexível. Na época atual, esta estruturação sociocultural que construía o indivíduo entra em deslocamento, em crise. Ou seja, os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam no mundo moderno, criando uma gama de identidades, cujos sujeitos podem se identificar, ao menos temporariamente, com diversas posições identitárias distintas. O autor destaca em suas análises aos impactos da globalização sobre a identidade cultural, afirmando, com base em outros teóricos, que as sociedades modernas são caracterizadas por mudanças constantes, rápidas e permanentes. Desta forma, desarticulam-se as identidades estáveis do passado, mas se abre a possibilidade de novas articulações, novas identidades, novos sujeitos.

Esta descentralização do sujeito, para Hall (2006), é fruto de algumas rupturas conceituais: passa pelas contribuições do pensamento marxista, deslocando a noção de agência individual; pela descoberta do papel do inconsciente por Freud; pela definição de nossa identidade através do “eu no olhar do outro” por Lacan; pela tese de Saussure de que a língua é um sistema social e não um sistema individual, que ela preexiste a nós; e pela visão de Michel Foucault sobre o poder disciplinar, o papel das instituições na moldagem do sujeito moderno, bem como pelo impacto do feminismo abrindo espaço para as bandeiras de luta e poder dos novos movimentos sociais.

As identidades são construídas através da diferenciação, entre eu/outro. As culturas fornecem sistemas classificatórios que aplicam um princípio de diferença a uma população para dividi-la, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que está incluído e o que está excluído. Estes sistemas dão

ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. A marcação da diferença, então, é o componente-chave em qualquer sistema de classificação, e cada cultura tem suas próprias formas de classificar o mundo, propiciando meios para dar sentido ao espaço social e construir significados. Woodward (2005) discute as oposições binárias como uma forma de dicotomia que estabelece e fixa significados.

Já Tadeu da Silva (2005) dá ênfase aos conceitos de multiculturalismo para iniciar o debate sobre a identidade e diferença. Na sua opinião, as questões do multiculturalismo e da diferença passam a ser preocupações constantes das teorias educacionais críticas e das pedagogias oficiais sem o questionamento fundamental sobre identidade e diferença. Para ele, seria insuficiente reduzir os termos do debate às questões apoiadas num benevolente apelo à tolerância e ao respeito pela diversidade.

O autor afirma que o reconhecimento de uma identidade passa por uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas, de diferenças. “Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘ não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável” (SILVA, 2005, p.74). As afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade, por isso esses conceitos são inseparáveis. Por serem interdependentes, elas são resultados de uma criação linguística, e não de essências – essas afirmações sobre a identidade e a alteridade são ativamente produzidas através da linguagem no mundo cultural e social.

Valores-notícia e as vozes das minorias

Nesta discussão sobre a pluralidade identitária dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, os movimentos sociais que surgiram na década de 90 reforçam estas diferenciações de estilo de vida e de comportamento chamando a atenção para a ideia de que uma verdadeira democracia só se consolida a partir de uma convivência harmoniosa com a diferença, tendo como parâmetro básico que todos têm direitos de expressar-se plenamente enquanto cidadãos. Com isso, nas últimas décadas foi aberta uma importante arena política de debate sobre segmentos sociais que buscavam fazer valer seus direitos. Com o processo de globalização, estes segmentos sociais ganharam mais força por somarem-se aos diversos movimentos parecidos de outros grupos excluídos e marginalizados socialmente, que eclodiram em todas as partes do mundo. Gays, lésbicas, transexuais, mulheres, negros, portadores de necessidades especiais, indígenas e muitos outros grupos se aproveitam dos meios de comunicação para potencializar suas reivindicações e levar o debate da diferença à esfera pública, mas ainda esbarram na barreira do preconceito e até mesmo da engrenagem noticiosa dos mass media.

A postura do jornalismo na cobertura destes debates é carregada de tipificações construídas socialmente pelo mass media e pela própria lógica de produção de notícias, que faz com que os espaços midiáticos tratem de temáticas das diferenças e das pluralidades identitárias de forma estereotipada. Com isso, o mass media acaba por estreitar e reduzir abordagens significativas que possam contribuir para que o debate sobre estas pluralidades identitárias levem a sociedade a novas reflexões e sejam naturalizadas novas leituras contra-hegemônicas de estilos de vida e de comportamento.

Muniz Sodré (2005) discorre sobre Kant para explicar como os alemães entendem maioridade e minoridade, para revelar como é a noção de minoria na sociedade atual. “Maioridade é Mündigkeit, que implica literalmente a possibilidade de falar. Münd significa boca. Menoridade é Unmündigkeit, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (SODRÉ, 2005, p. 11). Diante desta assertiva, a questão das minorias está mais no sentido de não ter voz na sociedade, de buscar espaços para que seus discursos mobilizadores sejam reconhecidos socialmente. Já Silverinha afirma que “os grupos minoritários passaram a constituir-se no espaço público democrático com base nas suas reivindicações políticas tocantes à diferença e à sua representação nos destinos coletivos” (SILVERINHA, 2005, p.41).

Em uma sociedade cada vez mais plural, alguns segmentos sociais ainda são excluídos do processo discursivo nas mídias. Nos jornais, telejornais e portais de notícias são limitados os espaços para se discutir cidadania, no sentido mais amplo destas demandas minoritárias. Temáticas sobre acessibilidade, racismo, intolerâncias a credo, opções sexuais, gêneros e outros assuntos similares, que eclodem na sociedade atual, são restritos nas grades de programação dos grandes conglomerados de comunicação (com maior audiência. Mesmo que as tecnologias de comunicação, principalmente por meio de redes sociais, garantam espaços para que estes segmentos, até então marginalizados, produzam seus próprios conteúdos, e promovam diálogos com seus pares para inserir seus discursos contra-hegemônicos, a audiência é limitada e voltada mais para estes grupos específicos.

Correia (2010) afirma que o jornalismo intervém de forma crucial na configuração destes grupos, através de estratégias discursivas tais como, por exemplo, a metaforização dos emigrantes e da imigração como inquietante, comparando-os, por exemplo, a fenômenos naturais de forma pejorativa: “vaga”, “fluxo”, “onda”, “avalanche”. O autor ainda cita a associação de minorias étnicas a conflitos de criminalidade e sua descrição como atores sociais conflituosos com representações sobre marginalidade e a perturbação da ordem, dentre outras formas discursivas tipificadas.

Esta intervenção do jornalismo é visível, até, ao nível dos critérios que são usados para selecionar os acontecimentos que irão ser transformados em notícia: os chamados

valores-notícias. Quando olhados de perto é possível verificar como os valores-notícias se articulam com a proximidade cultural, proporcionando enquadramentos binários em que o ingroup e outgroup, grupo interno e grupo externo são representados em perspectiva pelos media, valorizando valores e visões do mundo do primeiro e diabolizando os valores e visões do mundo do segundo (CORREIA, 2010, p.120).

Em um estudo sobre estes critérios de noticiabilidade, que são instrumentos que ajudam a selecionar o acontecimento que poderá ou não se transformar em notícias, Mauro Wolf (2002) classifica estes valores-notícia em cinco categorias: substantivas, relativa ao produto, ao meio de informação, ao público e à concorrência. As substantivas se referem à importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas, interesse nacional, feitos excepcionais. As categorias relativas ao produto tratam a informação nas suas características enquanto uma mercadoria a ser consumida pelos leitores, levando em conta a brevidade, atualidade, novidade, organização interna da empresa, ritmo e ação dramática. As relativas aos meios de informação referem-se à acessibilidade às fontes, limites de formatação do veículo, como, por exemplo, na TV que existe a necessidade da imagem que passa a influenciar a noticiabilidade. As relativas ao público focam mais nos serviços de interesse público. Finalmente, as categorias relativas à concorrência apostam na exclusividade dos furos jornalísticos, buscam gerar expectativas e sempre levam em conta o trabalho e as matérias divulgadas pelos concorrentes, o que leva o jargão jornalístico de que um jornal acaba pautando o outro em um ciclo vicioso.

Já Galtung e Ruge (1993) cita alguns valores-notícia que traduzem esta mesma ideia de noticiabilidade quando selecionados a partir de uma visão elitista e hegemônica da sociedade. Para os autores quanto mais um acontecimento diga respeito às nações ou pessoas da elite mais existe a possibilidade de ser representado; quanto mais consoante for o sinal com a imagem mental do que se espera encontrar, mais provável será a audição desta frequência, ou seja, os acontecimentos que se desviarem muito das expectativas existentes não serão registrados pelos leitores/expectadores/ouvintes; quanto mais ainda um acontecimento for claro e livre de ambiguidades a outro que é muito ambíguo e do qual muitas e inconsistentes implicações poderão ser feitas mais possibilidades de se transformar em notícias e ter seu consumo rápido.

Correia (2010) ainda lembra a própria rotina dos mas media, que para assegurar seu funcionamento regular conduzem estratégias noticiosas que forçam uma monitoração rotineira de determinadas fontes institucionais, as chamadas fontes oficiais, que despejam sempre as mesmas visões de mundo, não favorecendo leituras plurais e abordagens diferenciadas de temáticas importantes na sociedade. Diante do exposto, fica o questionamento sobre os espaços que as chamadas minorias têm para romper as barreiras do preconceito e da discriminação, através de sua visibilidade midiática e, conseqüentemente, naturalização.

A diversidade de estilos de vida, as discussões sobre as novas concepções de gênero, a afirmação de etnias e outros inúmeros debates que envolvem o dia a dia das minorias são desencadeados pelos espaços conquistados nos media, o que reforça novos mecanismos de representações políticas eleitorais e não eleitorais⁴ para que novas bandeiras de lutas sejam levantadas, permitindo oxigenar com pluralidade e com respeito as demandas de segmentos sociais importantes que estão lutam, nas últimas décadas, para fazer valer seus direitos de cidadania.

Representação política

O conceito de representação política foi paulatinamente modificado nas últimas décadas decorrente das mudanças que ocorreram na sociedade que afetaram as instituições políticas e o próprio entendimento do fazer política. Neste sentido é importante refletir sobre como a inserção da mídia e das inovações tecnológicas no jogo político reconfigura a relação entre representantes e representados, fazendo com que os partidos políticos, movimentos sociais e associações da sociedade civil tenham que buscar novas formas de interação com seus segmentos-alvo. Com isso, aponta-se para uma lógica de complementariedade entre tipos diferenciados de representação política que ditam o cenário político contemporâneo, tendo a comunicação como dispositivo central neste novo contexto.

Na última década, vários estudos contemplaram uma revisão do conceito de representação política. A maioria destes trabalhos trouxe questionamentos sobre a dialética entre as teorias normativas e as práticas nas sociedades contemporâneas, que vêm se mostrando cada vez mais complexas e fragmentadas, criando sempre novas demandas, que colocam em xeque a legitimidade dos representantes (YOUNG, 2002; URBINATI, 2004, 2006; AVRITZER, 2007). Em um momento em que o Estado dá sinais claros de deterioração na sua relação com a sociedade, grupos organizados desenham novos modelos de representações políticas não eleitorais, acirrando a disputa com as instituições, que, tradicionalmente, eram referências formais dos governos representativos, com ênfase no processo eleitoral, como os partidos políticos (FABRINO, 2011; ALMEIDA, 2011).

A deterioração do Estado com a sociedade vem sendo evidenciada por uma série de novas situações vivenciadas nos dias atuais, como a onda apartidária dos cidadãos, o número crescente de

⁴ Avritzer (2007) propôs um novo olhar sobre representação política por meio de viés relacional, caracterizado pelo vínculo entre diferentes atores sociais, defendendo o conceito de representação política por afinidade, no qual o sentido do mesmo é legitimado por temas e experiências e não por questões de autorização ou delegação. Nesta concepção, a ideia de autorização se esvazia no sentido do agente e do advogado, ampliando a ideia de partícipe. Fabrino (2011), enfatiza que a legitimidade de representação política das associações da sociedade civil se estabelece em nível discursivo. O autor aponta que estas representações não eleitorais passaram a lidar com esta ideia de autorização, responsividade e delegação a partir de uma legitimidade construída pelos efeitos de sua “porosidade interacional”, ou seja, a prestação de contas se dá em nível discursivo em diferentes contextos comunicativos pelos sistemas deliberativos que começam a ser favorecidos por este incremento da participação social, que começa a se firmar a partir do final dos anos 80.

abstenção eleitoral, a apatia política e muitas outras (GOMES, 2011; MIGUEL, 2010; CHADWUIK, 2006). Todavia, o eixo destes debates passa pela ideia de processo, de continuidade, de reciprocidade, de algo inacabado e sempre em construção. Ou seja, a representação política mostra-se de forma clara que não se esgota mais no processo eleitoral, como vocalizavam antigas teorias, como a de Hobbes em 1651, que viam o consentimento prévio dos cidadãos dado nas urnas como base para que, os representantes agissem em nome dos representados (LIMA JUNIOR, 1997). Atualmente, a ideia da interação é fundamental para legitimar a representação política.

O estabelecimento de novas formas de diálogos entre representantes e representados supõe a participação popular em novas instâncias deliberativas e o incremento de mecanismos de comunicação para que a interação entre as partes venha a ser construída de forma paulatina, seja para cobranças, seja para afinar os discursos entre as partes, seja para definir políticas públicas. Assim, a participação deixa de ser um paradoxo à noção de representação, pois ela se faz necessária para o funcionamento desta engrenagem política na época atual. Estes estudos revelam que o alargamento do conceito de representação política é resultado da evolução do próprio processo de democratização, respaldado na participação popular (FABRINO, 2011; YOUNG, 2006; ALMEIDA, 2011), e têm os meios de comunicação e a opinião pública como principais condutores dos fenômenos sociais e políticos.

Tal cenário nos possibilita uma releitura sobre este tipo de representação política, que é atravessada pelos meios de comunicação, sejam os massivos comerciais - representados pelos grandes conglomerados de comunicação-, sejam os canais privados dos partidos políticos, de instituições e de movimentos sociais, que constroem suas perspectivas singulares sobre a realidade social, política e econômica, de acordo com os vieses que lhes interessam e lhes beneficiem.

Com as transformações profundas na sociedade, a ênfase recai sobre uma intensa fragmentação dos segmentos sociais e de suas novas bandeiras de lutas que se impõem no cenário político, embaralhando ainda mais a concepção de representação política. Entram em cena, as organizações da sociedade civil e formas não eleitorais de representação, buscando potencializar as vozes de determinados segmentos, até então excluídos do processo político e da tomada de decisões, exigindo, com isso, que suas demandas fossem incorporadas nos debates e assegurassem novos direitos sociais e políticos. Neste contexto, a mídia começa a reforçar seu papel crucial na visibilidade e na vocalização das demandas destes novos grupos e suas lutas por direitos na sociedade.

Young (2000), no seu livro *Inclusion and democracy*, contribui para este debate com uma nova abordagem sobre representação, tendo como foco principal o conceito de “perspectivas sociais”, visando, principalmente, os chamados grupos minoritários que aparecem com mais força no cenário político, como mulheres, negros, homossexuais e outros. Por esta ótica, cada um dos novos segmentos que irrompem no

tecido social a partir da década de 90, fruto dos novos tempos, têm perspectivas diferenciadas em relação a algumas temáticas, que são necessárias serem incorporadas nas discussões políticas dos regimes democráticos atuais. Com isso, os processos midiáticos reaparecem como mecanismos de visibilidade das demandas destes novos segmentos. Young (2006) aproximou suas análises de uma visão deliberacionista da democracia e da representação política, tentando abarcar a inclusão social destes novos grupos, pois, segundo a autora, a multiplicidade dos pontos de vistas ampliaria a noção de realidade e contribuiria para o processo democrático.

Nestas discussões, a comunicação vai conquistando um espaço de destaque, mesmo que de forma subliminar. As instituições representativas passaram por mudanças importantes que forçaram a inclusão de novos discursos em uma esfera política marcada pelo pluralismo e pela diversidade, como os agentes que se auto autorizam, como indivíduos isolados⁵ e/ou até entidades como ONGs, fundações, grupos de interesses que mantêm uma participação ativa em fóruns deliberativos, painéis, conferências temáticas ou simplesmente utilizam a mídia para propagar suas bandeiras de lutas específicas.

Considerações finais

Mesmo com todo o caráter mercadológico que envolve a comunicação, um jornalismo rico e eficiente é aquele que favorece interpretações plurais de fontes sobre temáticas diferenciadas, nas quais encaixam-se os debates sobre estes segmentos minoritários. A questão de abrir um espaço para a discussão de questões relacionadas às minorias passa por duas vertentes que não chegam a afrontar as engrenagens do mercado de notícias do mass media, podendo ter sua viabilidade.

A primeira é a consciência do profissional de jornalismo, que foi formado para que tenha este compromisso com o interesse público, fazendo denúncias e questionando os poderes instituídos, em defesa da sociedade e do cidadão. Quaisquer pautas propostas nos veículos de comunicação devem ter a contribuição do jornalista que, mesmo direcionado na escolha de fontes, pode propor abordagens diferenciadas que questionem leituras preconceituosas e discriminatórias, construindo um jornalismo de mais qualidade.

A segunda vertente é o comprometimento com a elaboração de estruturas narrativas do próprio texto ao redigir matérias cujos personagens representem estes segmentos minoritários. Na maioria das vezes, dentro da lógica de produção de notícias e da rotina dos meios de comunicação, os jornalistas optam em oferecer narrativas apostando em modelos prontos carregados de preconceito e tipificações

⁵ O vocalista da banda U2, Bono Vox, é um exemplo de como indivíduos utilizam sua visibilidade midiática para promover campanhas de cunho social e político. Em 2002, por exemplo, o artista fundou uma ONG chamada DATA, que significa Debt, AIDS, Trade África, com o objetivo de pressionar o governo das nações mais desenvolvidas a fazer sua parte na luta contra a pobreza extrema na África.

construídas e reforçadas por um discurso hegemônico. Exemplos não faltam: como a postura de inquisição de alguns repórteres que trabalham em rondas policiais, acusando o suspeito e repercutindo nos media juízos de valores sobre a conduta do mesmo; reforçar a diferença ao descrever jovens da periferia e da classe média, em matérias quando ambos cometem crimes semelhantes; ou ainda criar narrativas jornalísticas com tipificações de que todo travesti é marginal ou que todo portador de necessidades especiais deve ser tratado como vítima e como inválido.

O repensar a produção do jornalismo não deve se restringir apenas aos seus formatos técnicos, mas aos seus conteúdos políticos. O jornalismo é uma atividade que interfere na construção social de conceitos e preconceitos na sociedade, incluindo ou excluindo os cidadãos de questões da esfera pública. Com este cenário globalizante e mercadológico, é fundamental um debate consistente no meio profissional sobre as formas de se repensar os critérios de noticiabilidade para promover acontecimentos que consolidam visões de mundo, nas quais os discursos das diferenças tenham sua vez. É necessário que se tenha consciência de que a passividade do profissional de comunicação pode ser responsável por um modelo de jornalismo que exclui e marginaliza determinados segmentos ao invés de promover a voz destas minorias étnicas, de gênero, de credo religioso e tantas outras que são emblemáticas na atualidade.

Diante de uma postura pró-ativa do profissional de comunicação e de uma transformação paulatina do fazer jornalismo, os discursos dos media poderão assegurar o surgimento de novas formas de representação política, que por meio da visibilidade midiática, poderão participar nas arenas políticas para elevarem suas vozes na luta por direitos. “(...) Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio, sem o objetivo de tomada de poder pelas armas. Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” desta luta (SODRÉ, 2005, p.13).

Bibliografia

ALMEIDA, Débora C. R. **Repensando representação política e legitimidade democrática - entre a unidade e a pluralidade.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações:** Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERGER, Peter L & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 27 ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2007

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão - Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos** (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CHADWICK, Andrew. **Internet Politics: States, Citizens and New Communication Technologies**. New York: Oxford University Press, 2006.

CORREIA, J. Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso – notas sobre o jornalismo e representações sociais**. Portugal: LabCom, 2009

COSTA, Antônio Firmino da. **Identidades culturais urbanas em época de globalização**. In: RBCS, Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002.

ESTEVES, João Pissarra. **Os media e a questão da identidade**. Universidade Nova de Lisboa, 1999. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 15 de maio de 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. **Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)**. UFSC / UDESC. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber - Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 6ª edição**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOLFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007

HALL, Stuart. **A Identidade na pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva – 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&, 2000.

GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 3ª edição, 2011

JAMENSON. Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia da exclusão**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1995, Aracaju-SE. Resumos. São Paulo-SP: Intercom, 1995.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Representation and deliberation in civil society**. Brazilian Political Science Review, nº2, p.117-137, 2008. Disponível em:
<http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/BPSR_v2_n2_dec2008_05.pdf.pdf> Acesso em: 15 abril 2013.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVERINHA, Maria João. **Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis – afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOARES, M. César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democratisation**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In SILVA, Tomás Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.